

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.687 - SP (2019/0114971-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **TRANSMERIDIANO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA**
ADVOGADOS : **MATHEUS INACIO DE CARVALHO - SP248577**
: **JOSE ARNALDO VIANNA CIONE FILHO - SP160976**
AGRAVADO : **JOSE EDSON GOMES DA SILVA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por TRANSMERIDIANO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Recuperação judicial. Conflito de competência perante o STJ entre o Juízo da recuperação e outro de competência trabalhista (8ª Vara do Trabalho de Campinas). Designação pelo Tribunal Superior do Juízo da recuperação para a prática de atos urgentes. Indeferimento de pedido da recuperanda de levantamento de valores bloqueados pela Justiça do Trabalho e transferidos à 6ª Vara Cível de Campinas, por falta de urgência. Decisão proferida, naquele momento, em função da especial atribuição conferida ao Juízo da recuperação enquanto pendente o conflito. Conflito a esta altura extinto, com revogação da decisão provisória nele lançada. Perecimento, com isso, do objeto do agravo, tendo em vista a falta de consideração pela decisão agravada do mérito da providência reclamada pela recuperanda, limitando-se a apontar a inadequação do momento. Agravo de instrumento prejudicado. Recurso não conhecido" (fl. 76 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, o agravante sustenta violação dos artigos 1.022 do CPC/2015 e 47 da Lei nº 11.101/05.

Aduz omissão no julgado.

Menciona que

"(...) uma vez confirmada a competência do D. Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Campinas/SP, permanece o interesse da Recorrente para que a r. decisão que negou o levantamento da quantia indevidamente constricta em outro juízo fosse apreciada pelas razões expostas no recurso de agravo de instrumento interposto, visto que não houve qualquer modificação com relação à COMPETÊNCIA daquele juízo para proferir a r. decisão agravada.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, ao julgar prejudicado o recurso, o v. acórdão recorrido permitiu a permanência da constrição de verba de titularidade da Recorrente, que seria empregada no pagamento do plano de recuperação judicial (em fase de cumprimento), bem como dos funcionários ativos da empresa, além de servir para a preservação do caixa e do capital de giro destinados ao estímulo à atividade econômica, negando vigência ao suscitado artigo 47 da Lei 11.101/2005" (fl. 90 e-STJ).

Sem contrarrazões (certidão de fl. 108 e-STJ).

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pelo não provimento do recurso tendo em vista o óbice da Súmula nº 284/STF.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado, conforme se observa à fl. 103 e-STJ.

Fica patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

No mais, quanto ao art. 47 da Lei nº 11.101/2005, o acórdão recorrido foi fundamentado nos seguintes termos:

"(...)

O agravo está prejudicado.

Com efeito, conforme se verifica pelo andamento processual junto ao Superior Tribunal de Justiça, o Conflito de Competência nº 147.737/SP, pano de fundo deste agravo, recebeu decisão monocrática em 6 de setembro de 2017, deixando de ser conhecido pela Exma. Relatora, Min. Maria Isabel Gallotti, com revogação da liminar, ante a consideração de não haver na verdade conflito de interesse para a recuperação, tendo em vista a transferência promovida quanto ao valor bloqueado e outro lado a informação do Juízo trabalhista de que a reclamação prosseguiria, ali, tão somente em face dos sócios.

Por outro lado, verifica-se que a r. decisão agravada não entrou no mérito da pertinência do bloqueio, ou da existência de justificativa bastante para a pura e simples entrega do numerário à recuperanda, tal qual por essa pleiteado. Limitou-se, diversamente, a apontar a impropriedade do momento em que formulado o requerimento,

Superior Tribunal de Justiça

tendo em vista a designação excepcional conferida pelo STJ para a prática de atos urgentes.

Extinto o conflito, e revogada no mesmo ato também a designação aludida, deixou de fazer sentido o contexto em que proferida a decisão, não mais se cogitando de atribuição excepcional do Juízo da recuperação para atos urgentes e cabendo agora a ele enfrentar a questão por outro prisma, o da oportunidade ou não para a liberação do montante à recuperanda, aqui agravante" (fls. 77/78 e-STJ) - grifou-se.

O recurso, por sua vez, traz apenas alegações genéricas, o que configura a deficiência na fundamentação a atrair a incidência da Súmula nº 283/STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.

2. (...)

3. Agravo interno não provido" (AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO. PRETENSÃO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE DETENÇÃO UNICAMENTE POR MULTA. TEMA SUSCITADO APENAS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE .

1. Embora o recurso de apelação devolva ao Juízo ad quem toda a matéria objeto de controvérsia, o seu efeito devolutivo encontra limites nas razões suscitadas pelo recorrente, em homenagem ao princípio da dialeticidade, por meio do qual se permite, no âmbito do processo penal, o exercício do contraditório pela parte adversa, garantindo-se, assim, o respeito ao devido processo legal. Precedente.

2. Na espécie, considerando que o tema referente à substituição da pena imposta ao agravante unicamente por multa somente foi agitado nos embargos de declaração, opostos após o julgamento da apelação, houve inovação recursal e, por tal razão, o Tribunal local não apreciou a matéria, impedindo, conseqüentemente, esta Corte Superior de enfrentar a pretensão lançada na impetração.

3. Agravo regimental improvido" (AgRg no HC 470.164/SC, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 1º/2/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de aplicar o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator